



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
14 de dezembro
de 2020

Dr Julinho ganha no STF e consolida eleição

O prefeito eleito em São José de Ribamar, 3º maior município do Maranhão, o médico Júlio Matos (PL), conhecido por Dr. Julinho, obteve no Supremo Superior Federal importante vitória - o direito de assumir o cargo no dia 1º de janeiro, depois de uma es-tressante batalha judicial nos tribunais do Maranhão e em Brasília. Ele foi eleito com 36,23% dos votos, 27.504 no total. Julinho, que concorreu contra o prefeito Eudes Sampaio, que ficou em segundo lugar com 27,30% (20.725 votos).

No entanto, Julinho vinha enfrentando uma batalha judicial contra o registro de sua candidatura, impugnada pelo **Ministério Público** Eleitoral. No último dia 10, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux indeferiu pedido de suspensão que tinha como único objetivo, inviabilizar sua posse e provocar reviravolta eleitoral. No dia 28 de setembro, em plena campanha, Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou decisão que tornou inelegível a candidatura do Dr. Julinho à prefeitura de São José de Ribamar.

No bojo do processo no STJ, estava um acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) que condenou Dr. Julinho por irregularidades financeiras quando ele foi diretor da Maternidade Benedito Leite, em 2007. Pena que, na visão de vários juristas já havia prescrita. No entanto, os advogados do candidato recorreram ao TRE-MA, que na véspera da eleição, 14 de novembro, decidiu pela lisura da candidatura de Julinho, tornando-o ficha limpa.

Também a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão tentou tornar sem efeito a decisão proferida por Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos autos do Mandado de Segurança nº 081681758.2020.8.10.0000, que deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão que havia deferido a tutela no Mandado de Segurança nº 081656992.2020.8.10.0000.

Em Ribamar, desde o início da semana, aliados políticos do ex-prefeito Luís Fernando e de seu aliado Eudes Sampaio, davam como certa a queda de Julinho e a vitória possível reviravolta em favor do atual prefeito. Porém, em sua decisão, o Ministro Luiz Fux não só indeferiu o pedido que beneficiaria Eudes Sampaio, como também negou seguimento a insistente demanda. Agora, só resta a juíza eleitoral da 47ª Zona Eleitoral de Ribamar, Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes, marcar a data da diplomação do prefeito, do vice e dos vereadores.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2020/oimparcial-36.262.orig.pdf>

MOB inspeciona novos ônibus que incrementarão transporte no sistema semiurbano de São Luís

Técnicos da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB) realizaram, na quinta-feira (10), a inspeção de dois novos ônibus que serão inseridos no sistema de transporte semiurbano da região metropolitana de São Luís. A vistoria tem como objetivo confirmar se os veículos estão aptos para integrar o sistema de transporte de passageiros e ofertar um serviço de qualidade à população.

Os ônibus, entregues pela Empresa Marina Transporte, farão parte da linha Jardim Tropical/Santos Dumont e Jardim Tropical/São Francisco. O presidente da MOB, Daniel Carvalho, explicou que agora os veículos serão inseridos nas duas linhas, levando mais opção de locomoção aos usuários do transporte coletivo.

"A MOB atua em intensa cobrança às empresas que prestam o serviço, para que a oferta do transporte público seja de forma adequada e eficiente para a população. A integração desses veículos é resultado dessa cobrança da agência, para que o transporte nessas linhas semiurbanas fosse reforçado", destacou.

O gerente de Tráfego da Empresa Marina Transporte, Geovane Melo, destacou a importância da vistoria para que a população tenha mais qualidade e segurança na hora de utilizar os serviços de transporte de passageiros.

"É com grande satisfação que hoje nós viemos aqui fazer a entrega desses dois ônibus novos e com a garantia que a população terá um transporte com mais segurança. A Marina Transporte se sente satisfeita em poder proporcionar à população esse transporte com mais qualidade. A população tem essa garantia que nós estamos dentro dos padrões exigidos pela lei e verificados pela MOB", expressou.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/13e14122020>

Dia Nacionaldo Ministério Público é celebrado no Maranhão

Em cerimônia realizada na manhã desta segunda-feira, 14 de dezembro, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e do **MPMA** marcou a solenidade alusiva ao Dia Nacional do **Ministério Público**.

A data comemorativa é uma homenagem à instituição essencial à democracia, guardiã dos direitos da sociedade e fiscal da correta aplicação das leis.

O hasteamento foi feito pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e pelas subprocuradoras-gerais de justiça para Assuntos Jurídicos, Lize Brandão de Sá Costa; e para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite.

O evento reuniu servidores, promotores e procuradores de justiça, além do presidente da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara, e da presidente do Sindicato dos Servidores do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (Sindsemp), Vânia Leal.

DATA COMEMORATIVA

A data 14 de dezembro foi escolhida para ser o Dia Nacional do **Ministério Público** porque nesse dia, em 1981, foi sancionada a Lei Complementar nº 40, que delegou ao **Ministério Público** a representação legítima e independente da sociedade, criando os princípios fundamentais para os Ministérios Públicos dos estados.

Mas, só com a Lei Nº 8.625, em 1993, assinada pelo então presidente Itamar Franco, houve a homologação da Lei Orgânica Nacional do **Ministério Público**. O artigo 82 da referida lei instituiu definitivamente o Dia Nacional do **Ministério Público**.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no artigo 127, que o **Ministério Público** é "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

COMPROMISSO

O presidente da Ampem, Gilberto Câmara, destacou

que a história do MP maranhense é rica e atesta o comprometimento com a defesa da sociedade. "Em 2020, o **Ministério Público** não descansou no combate à pandemia e é uma instituição estratégica na defesa da democracia brasileira", afirmou.

Em seguida, Eduardo Nicolau afirmou que o 14 de dezembro é um momento de celebração e excelente oportunidade para refletir sobre o papel constitucional do MP.

Ele destacou que a função central é defender o lado mais frágil da sociedade, os mais vulneráveis e, ao cumprir esta missão, o resultado é o desenvolvimento de políticas públicas de acesso e de proteção aos direitos fundamentais e à cidadania.

Outro aspecto lembrado pelo procurador-geral de justiça é o comprometimento de membros e servidores no foco do que é essencial e no manejo inteligente da ciência e tecnologia, resultando na prestação de um serviço de excelência à sociedade. "Diferente de tudo que já vivemos, vejo, com alegria, como o imenso respeito que dispensamos à vida e à saúde das pessoas, e à ciência, nos ajudou a manter nosso **Ministério Público** funcionando de forma muito eficiente, a partir do uso massivo da tecnologia, do cumprimento das normas sanitárias e distanciamento social, pelo trabalho remoto", enumerou Nicolau.

Johelton Gomes (CCOM-**MPMA**)

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/859553/dia-nacionaldo-ministerio-publico-e-celebrado-no-maranhao>

PGR emite parecer reconhecendo inelegibilidade de Julinho

Por: Leandro Miranda

O vice-procurador-geral Eleitoral Renato Brill de Góes emitiu, no último dia 11 de dezembro, parecer reconhecendo a inelegibilidade do prefeito eleito de São José de Ribamar, Dr. Julinho.

"Este órgão do **Ministério Público** Eleitoral manifestasse pelo provimento dos recursos especiais, para que se reconheça a inelegibilidade do candidato Júlio César de Souza Matos e, por conseguinte, seja indeferido seu registro de candidatura", decide o vice-procurador-geral.

Com isso, a novela envolvendo Dr. Julinho segue e ele pode nem assumir a Prefeitura de São José de Ribamar em 1º de janeiro.

Veja o parecer Parecer da Procuradoria - caso SJR (1)

Site: <https://marrapa.com/2020/12/pgr-emite-parecer-reconhecendo-inelegibilidade-de-julinho/>

RIBAMAR - Procuradoria geral eleitoral em Brasília emite parecer contra Dr. Julinho no TSE

Neto Cruz

Começou a tramitar no Tribunal Superior Eleitoral o recurso contra a eleição de Júlio Matos, o Dr. Julinho. O julgamento já começou com resposta negativa para Julinho.

A procuradoria geral eleitoral deu parecer a favor do indeferimento da candidatura. O parecer é assinado pelo vice-procurador geral eleitoral, Renato Brill de Góes.

O recurso foi interposto pelo **Ministério Público** Eleitoral e pela coligação "Pra Frente, Ribamar" contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que liberou a candidatura de Julinho em apertado placar de 3 a 2 contra o voto do relator e o parecer ministerial.

A procuradoria geral eleitoral, em Brasília, lembrou que Julinho teve as contas consideradas irregulares pelo pagamento volumoso de serviços no montante de "R\$ 3.976.497,14, sem cobertura contratual e sem prévia licitação" quando foi diretor da maternidade Benedito Leite.

Ele lembrou de todo o manejo que foi feito pelo Tribunal de Contas do Estado para "limpar" as contas de Julinho a fim de que ele pudesse ser candidato.

"O que se nota, a bem da verdade, é que houve um notório desvirtuamento das máquinas administrativas e judiciárias do Estado do Maranhão por parte do candidato, com inequívoco propósito de reverter, sob qualquer pretexto e meio, o julgamento irregular de suas contas a que procedeu inicialmente o Tribunal de Contas estadual". Para ele, fica claro que neste processo, "já foram praticadas inúmeras manobras subversivas para se encobrir as inelegibilidades".

Com a clara situação de inelegibilidade, a procuradoria geral eleitoral deu parecer pelo provimento dos recursos especiais, para que se reconheça a inelegibilidade do candidato Júlio César de Souza Matos e, por conseguinte, seja indeferido seu registro de candidatura.

Caso o TSE siga o parecer ministerial, Julinho é considerado inelegível desde a origem do processo eleitoral e seus votos serão considerados nulos.

Site: <https://netocruz.blog.br/2020/12/14/ribamar-procuradoria-geral-eleitoral-em-brasilia-emite-parecer-contra-dr-julinho-no-tse/>

Ribamar: procuradoria geral eleitoral em Brasília emite parecer contra Julinho no TSE

Clodoaldo Correa

Blog do Neto Cruz - Começou a tramitar no Tribunal Superior Eleitoral o recurso contra a eleição de Júlio Matos, o Dr. Julinho. O julgamento já começou com resposta negativa para Julinho.

A procuradoria geral eleitoral deu parecer a favor do indeferimento da candidatura. O parecer é assinado pelo vice-procurador geral eleitoral, Renato Brill de Góes.

O recurso foi interposto pelo **Ministério Público** Eleitoral e pela coligação "Pra Frente, Ribamar" contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que liberou a candidatura de Julinho em apertado placar de 3 a 2 contra o voto do relator e o parecer ministerial.

A procuradoria geral eleitoral, em Brasília, lembrou que Julinho teve as contas consideradas irregulares pelo pagamento volumoso de serviços no montante de "R\$ 3.976.497,14, sem cobertura contratual e sem prévia licitação" quando foi diretor da maternidade Benedito Leite.

Ele lembrou de todo o manejo que foi feito pelo Tribunal de Contas do Estado para "limpar" as contas de Julinho a fim de que ele pudesse ser candidato.

"O que se nota, a bem da verdade, é que houve um notório desvirtuamento das máquinas administrativas e judiciárias do Estado do Maranhão por parte do candidato, com inequívoco propósito de reverter, sob qualquer pretexto e meio, o julgamento irregular de suas contas a que procedeu inicialmente o Tribunal de Contas estadual". Para ele, fica claro que neste processo, "já foram praticadas inúmeras manobras subversivas para se encobrir as inelegibilidades".

Com a clara situação de inelegibilidade, a procuradoria geral eleitoral deu parecer pelo provimento dos recursos especiais, para que se reconheça a inelegibilidade do candidato Júlio César de Souza Matos e, por conseguinte, seja indeferido seu registro de candidatura.

Site: <https://clodoaldocorrea.com.br/2020/12/ribamar-procuradoria-geral-eleitoral-em-brasilia-emite-parecer-contra-julinho-no-tse/>

Governo lança painel com dados sobre violações dos direitos humanos

Suelem Garces

O governo lançou hoje (14) um painel interativo com dados sobre denúncias recebidas pelo Disque 100 e pelo Ligue 180, referentes a violações dos **direitos humanos** e à **violência contra mulher**.

Segundo a ministra da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**, Damares Alves, com a nova ferramenta haverá a atualização contínua das informações, que substituirá a divulgação de relatórios periódicos. "Precisamos de dados em tempo real para nortear as políticas públicas", disse.

Os primeiros dados disponibilizados são referentes ao primeiro semestre de 2020. Segundo o ouvidor Nacional de **Direitos Humanos**, Fernando Ferreira, até fevereiro do ano que vem o painel deverá estar com todos os dados atualizados até sete dias antes da data de acesso à ferramenta.

Os dados anteriores a 2020 não deverão ser disponibilizados, pois uma mudança de metodologia promovida pela Ouvidoria Nacional no fim do ano passado não permite a comparação com números mais antigos, disse Ferreira. "A gente só vai comparar os dados daqui para frente", disse.

Entre as mudanças promovidas, está a unificação do canal de atendimento do Disque 100 e do Ligue 180, com a criação de novos protocolos e novos formulários de atendimento.

Outra modificação diz respeito ao protocolo de cada ligação recebida, que agora pode comportar mais de uma denúncia, envolvendo violações diferentes. Antes, cada ligação era contabilizada como uma única denúncia.

Desde a adoção da nova metodologia, a Ouvidoria Nacional de **Direitos Humanos** tem registrado aumento significativo nas denúncias. Até setembro de 2020, por exemplo, foram contabilizados 237.992 registros, um aumento de 32,9% em relação ao mesmo período do ano passado, quando os canais de atendimento registraram 179.051 casos.

Pelo novo painel, será possível analisar os dados das denúncias a partir de uma série de filtros, como perfil da vítima ou natureza da violação, por exemplo. A

ouvidoria lançou também nesta segunda-feira (14) um novo Manual de Taxonomia de **Direitos Humanos**, em que detalha os critérios empregados pelo órgão para a classificação de denúncias.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/12/14/governo-lanca-painel-com-dados-sobre-violacoes-dos-direitos-humanos/>